

Do ato fóbico ao ato mágico pós-político: o novo mercado discursivo do Ministério da Cultura¹

Del acto fóbico al acto mágico post-político: el nuevo mercado discursivo del Ministerio de Cultura

From the phobic act to the post-political magical act: new discursive trends of the Ministry of Culture

João Domingues

Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ/2013). Professor Adjunto III na Universidade Federal Fluminense. Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades e ao curso de graduação em Produção Cultural - Universidade Federal Fluminense (UFF) - Brasil

Contato: joaolpdomingues@gmail.com

Leandro de Paula Santos

Doutor em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ/2016). Professor Adjunto I do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA) - Brasil

Contato: psleandro@gmail.com

Mariana de Oliveira Silva

Graduanda em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (UFF) - Brasil

Contato: mariana.deoliva@gmail.com

Artigo submetido em 24/01/2018

Aprovado em 07/04/2018

¹ O presente artigo é um dos resultados parciais da pesquisa desenvolvida pelo Prof. Dr. João Domingues com recursos do Edital FAPERJ nº 10/2016, Programa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE).

Resumo

O trabalho investiga a trajetória do Ministério da Cultura do Brasil no período pós-*impeachment* de Dilma Rousseff, baseando-se em entrevistas e falas de ministros, além de textos institucionais da pasta. Partindo desse *corpus*, buscamos diagnosticar variações narrativas que forjam novos parâmetros de legitimidade para o tratamento da cultura em nível federal, em um processo que se organiza sob dois atos discursivos, nomeados *ato fóbico* e *ato mágico pós-político*. O primeiro pretende se apresentar como antítese ao lulismo-petismo, com ênfase denunciatória. O segundo se caracteriza pelo registro gerencialista, implicando uma espécie de sublimação de tensões sociais inerentes ao campo da gestão cultural.

Palavras-chave: Políticas culturais. Ministério da Cultura. Discurso.

Resumen

Basados en entrevistas de ministros y textos institucionales, buscamos investigar la trayectoria del Ministerio de Cultura de Brasil después del *impeachment* de Dilma Rousseff, a fin de diagnosticar cómo se forjan nuevos parámetros de legitimidad para el tratamiento de la cultura al nivel federal. Defendemos que ese proceso se organiza en dos actos discursivos, llamados *acto fóbico* y *acto mágico post-político*. El primero representa una cadena interdiscursiva expuesta como antítesis al lulismo-petismo. El segundo consiste en un esfuerzo narrativo de color gerencialista, implicando una especie de sublimación de tensiones sociales inherentes al campo de la gestión cultural.

Palabras clave: Políticas culturales. Ministerio de Cultura. Discurso.

Abstract

This paper thematizes the scene of the Brazilian Ministry of Culture after the Dilma Rousseff's impeachment case, seeking to diagnose the discursive shifts that frame new patterns to legitimate the management of culture by the Federal Government. Based on Ministers' speeches, interviews and other sources, we argue that this arena may be understood by the emergence of two discursive acts. The *phobic act* shapes an antithesis to the Worker's Party (PT) political heritage. The *post-political magical act* represents the increase of the executive perspective inside the Ministry's agenda, implying the suppression of social conflicts proper to the cultural management activity.

Keywords: Cultural policies. Ministry of Culture. Discourse.

A coalizão que restou

O presente artigo busca avançar em algumas pistas propostas por um ensaio produzido após o período eleitoral de 2014 (DOMINGUES; LOPES, 2014) que procurava indagar as interferências do circuito de reprodução do presidencialismo de coalizão na organização das ações do Ministério da Cultura (MinC). Tal trabalho identificava que o modelo político mais perceptível no MinC entre 2003 e 2014 revelava ora características de inadequação, ora parcial enquadramento ao conjunto geral da coalizão Executivo-Legislativo. Esse lugar único animou alguns agentes culturais, até então alheios aos processos de construção de políticas públicas de cultura, a conquistar um espaço mais amplo de interferência na agenda do Ministério.

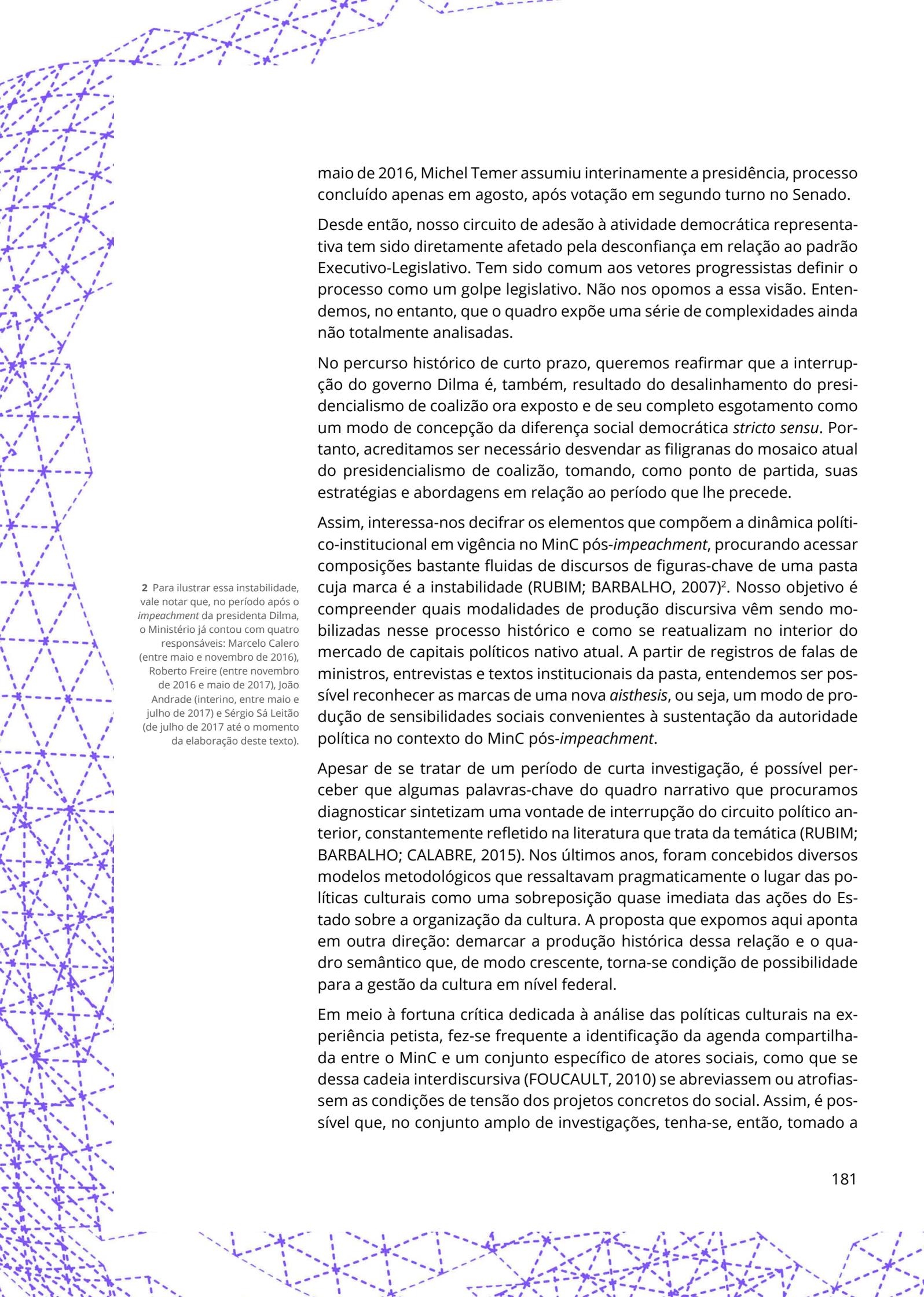
As contradições do período, contudo, mostravam certo esgotamento desse ciclo, materializado em dois pontos principais: (1) a gestão do Executivo com alta incorporação de um tipo de carisma em democracia plebiscitária (SELL, 2010), que estava em processo de crise/renovação, não apenas no âmbito do MinC, como também no interior do *lulismo* (SINGER, 2012); (2) a evidente “recomposição hierárquica” do próprio presidencialismo de coalizão nativo, cujo pêndulo decisório parecia não mais privilegiar a centralidade do Executivo. O substrato dessa equação ilustrava um cenário de difícil governabilidade, possivelmente incidindo em retrocessos sociais para o quadriênio presidencial de 2015–2019.

Ademais, um Congresso que via aumentar o número de associações suprapartidárias em defesa de interesses conservadores poderia representar interrupções orçamentárias e legislativas orientadas às ações político-culturais dos anos anteriores. Essa fragilidade do Executivo seria amplificada pelo quadro de crise econômica, com grave incidência na capacidade de capitalização e investimento do Estado. Tais condições pareciam representar um real perigo à continuidade das ações e talvez à própria continuidade do MinC.

Como os leitores e as leitoras do presente artigo podem supor, certas premissas desse trabalho anterior parecem ter sido razoavelmente bem colocadas, embora sua previsão final em nada pudesse antecipar o quadro real que a democracia no Brasil viria a enfrentar.

Após a acirrada disputa eleitoral, o ano de 2015 foi marcado por uma série de protestos contra o governo Dilma. O cadinho de insatisfações era amplificado pela exposição dos casos de corrupção da Petrobras e pela defesa da operação Lava Jato. Uma parte significativa da sociedade brasileira demonstraria sua ojeriza à classe política e ao Partido dos Trabalhadores (PT) em específico. Restava um governo com baixíssima aprovação e bastante desidratado em sua capacidade de mobilização.

Como sabido, em dezembro daquele ano, o então presidente da Câmara dos Deputados acolheu pedido de *impeachment* contra a presidenta Dilma por improbidade administrativa, protocolado por partidos da oposição. Em



² Para ilustrar essa instabilidade, vale notar que, no período após o *impeachment* da presidenta Dilma, o Ministério já contou com quatro responsáveis: Marcelo Calero (entre maio e novembro de 2016), Roberto Freire (entre novembro de 2016 e maio de 2017), João Andrade (interino, entre maio e julho de 2017) e Sérgio Sá Leitão (de julho de 2017 até o momento da elaboração deste texto).

maio de 2016, Michel Temer assumiu interinamente a presidência, processo concluído apenas em agosto, após votação em segundo turno no Senado.

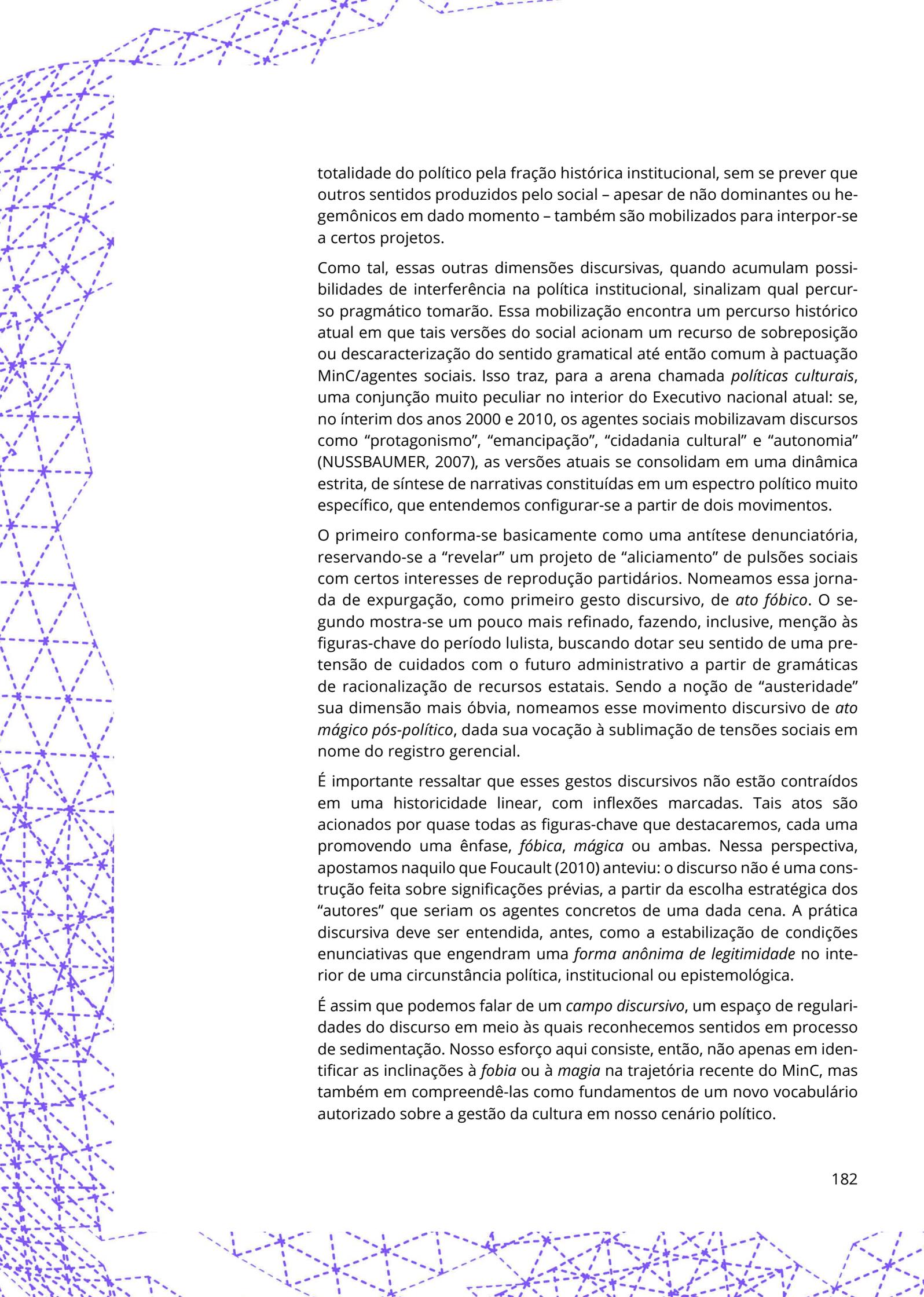
Desde então, nosso circuito de adesão à atividade democrática representativa tem sido diretamente afetado pela desconfiança em relação ao padrão Executivo-Legislativo. Tem sido comum aos vetores progressistas definir o processo como um golpe legislativo. Não nos opomos a essa visão. Entendemos, no entanto, que o quadro expõe uma série de complexidades ainda não totalmente analisadas.

No percurso histórico de curto prazo, queremos reafirmar que a interrupção do governo Dilma é, também, resultado do desalinamento do presidencialismo de coalizão ora exposto e de seu completo esgotamento como um modo de concepção da diferença social democrática *stricto sensu*. Portanto, acreditamos ser necessário desvendar as filigranas do mosaico atual do presidencialismo de coalizão, tomando, como ponto de partida, suas estratégias e abordagens em relação ao período que lhe precede.

Assim, interessa-nos decifrar os elementos que compõem a dinâmica político-institucional em vigência no MinC pós-*impeachment*, procurando acessar composições bastante fluidas de discursos de figuras-chave de uma pasta cuja marca é a instabilidade (RUBIM; BARBALHO, 2007)². Nosso objetivo é compreender quais modalidades de produção discursiva vêm sendo mobilizadas nesse processo histórico e como se reatualizam no interior do mercado de capitais políticos nativo atual. A partir de registros de falas de ministros, entrevistas e textos institucionais da pasta, entendemos ser possível reconhecer as marcas de uma nova *aisthesis*, ou seja, um modo de produção de sensibilidades sociais convenientes à sustentação da autoridade política no contexto do MinC pós-*impeachment*.

Apesar de se tratar de um período de curta investigação, é possível perceber que algumas palavras-chave do quadro narrativo que procuramos diagnosticar sintetizam uma vontade de interrupção do circuito político anterior, constantemente refletido na literatura que trata da temática (RUBIM; BARBALHO; CALABRE, 2015). Nos últimos anos, foram concebidos diversos modelos metodológicos que ressaltavam pragmaticamente o lugar das políticas culturais como uma sobreposição quase imediata das ações do Estado sobre a organização da cultura. A proposta que expomos aqui aponta em outra direção: demarcar a produção histórica dessa relação e o quadro semântico que, de modo crescente, torna-se condição de possibilidade para a gestão da cultura em nível federal.

Em meio à fortuna crítica dedicada à análise das políticas culturais na experiência petista, fez-se frequente a identificação da agenda compartilhada entre o MinC e um conjunto específico de atores sociais, como que se dessa cadeia interdiscursiva (FOUCAULT, 2010) se abreviassem ou atrofiassem as condições de tensão dos projetos concretos do social. Assim, é possível que, no conjunto amplo de investigações, tenha-se, então, tomado a



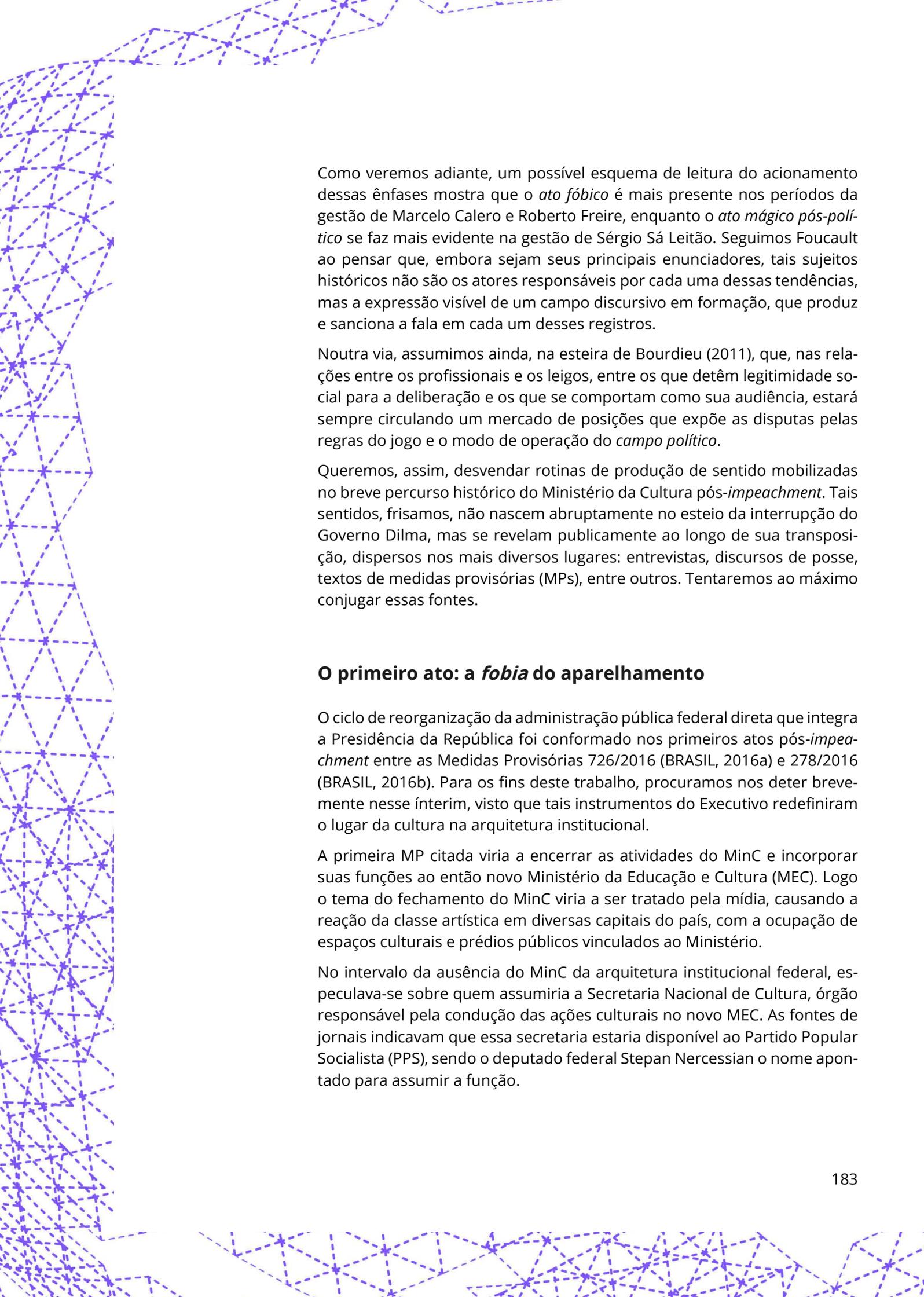
totalidade do político pela fração histórica institucional, sem se prever que outros sentidos produzidos pelo social – apesar de não dominantes ou hegemônicos em dado momento – também são mobilizados para interpor-se a certos projetos.

Como tal, essas outras dimensões discursivas, quando acumulam possibilidades de interferência na política institucional, sinalizam qual percurso pragmático tomarão. Essa mobilização encontra um percurso histórico atual em que tais versões do social acionam um recurso de sobreposição ou descaracterização do sentido gramatical até então comum à pactuação MinC/agentes sociais. Isso traz, para a arena chamada *políticas culturais*, uma conjunção muito peculiar no interior do Executivo nacional atual: se, no íterim dos anos 2000 e 2010, os agentes sociais mobilizavam discursos como “protagonismo”, “emancipação”, “cidadania cultural” e “autonomia” (NUSSBAUMER, 2007), as versões atuais se consolidam em uma dinâmica estrita, de síntese de narrativas constituídas em um espectro político muito específico, que entendemos configurar-se a partir de dois movimentos.

O primeiro conforma-se basicamente como uma antítese denunciatória, reservando-se a “revelar” um projeto de “aliciamento” de pulsões sociais com certos interesses de reprodução partidários. Nomeamos essa jornada de expurgação, como primeiro gesto discursivo, de *ato fóbico*. O segundo mostra-se um pouco mais refinado, fazendo, inclusive, menção às figuras-chave do período lulista, buscando dotar seu sentido de uma pretensão de cuidados com o futuro administrativo a partir de gramáticas de racionalização de recursos estatais. Sendo a noção de “austeridade” sua dimensão mais óbvia, nomeamos esse movimento discursivo de *ato mágico pós-político*, dada sua vocação à sublimação de tensões sociais em nome do registro gerencial.

É importante ressaltar que esses gestos discursivos não estão contraídos em uma historicidade linear, com inflexões marcadas. Tais atos são acionados por quase todas as figuras-chave que destacaremos, cada uma promovendo uma ênfase, *fóbica*, *mágica* ou ambas. Nessa perspectiva, apostamos naquilo que Foucault (2010) anteviu: o discurso não é uma construção feita sobre significações prévias, a partir da escolha estratégica dos “autores” que seriam os agentes concretos de uma dada cena. A prática discursiva deve ser entendida, antes, como a estabilização de condições enunciativas que engendram uma *forma anônima de legitimidade* no interior de uma circunstância política, institucional ou epistemológica.

É assim que podemos falar de um *campo discursivo*, um espaço de regularidades do discurso em meio às quais reconhecemos sentidos em processo de sedimentação. Nosso esforço aqui consiste, então, não apenas em identificar as inclinações à *fobia* ou à *magia* na trajetória recente do MinC, mas também em compreendê-las como fundamentos de um novo vocabulário autorizado sobre a gestão da cultura em nosso cenário político.



Como veremos adiante, um possível esquema de leitura do acionamento dessas ênfases mostra que o *ato fóbico* é mais presente nos períodos da gestão de Marcelo Calero e Roberto Freire, enquanto o *ato mágico pós-político* se faz mais evidente na gestão de Sérgio Sá Leitão. Seguimos Foucault ao pensar que, embora sejam seus principais enunciadores, tais sujeitos históricos não são os atores responsáveis por cada uma dessas tendências, mas a expressão visível de um campo discursivo em formação, que produz e sanciona a fala em cada um desses registros.

Noutra via, assumimos ainda, na esteira de Bourdieu (2011), que, nas relações entre os profissionais e os leigos, entre os que detêm legitimidade social para a deliberação e os que se comportam como sua audiência, estará sempre circulando um mercado de posições que expõe as disputas pelas regras do jogo e o modo de operação do *campo político*.

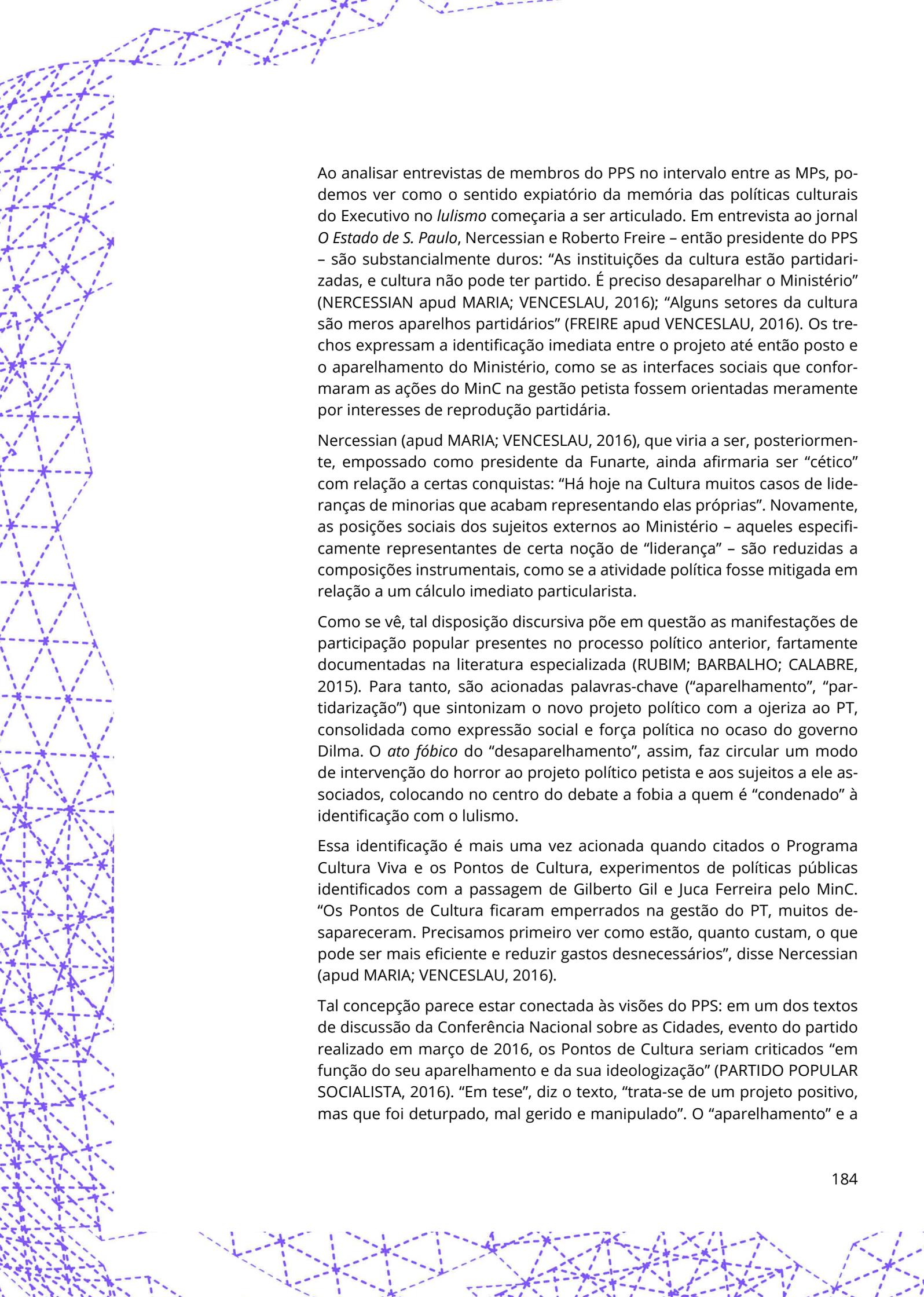
Queremos, assim, desvendar rotinas de produção de sentido mobilizadas no breve percurso histórico do Ministério da Cultura pós-*impeachment*. Tais sentidos, frisamos, não nascem abruptamente no esteio da interrupção do Governo Dilma, mas se revelam publicamente ao longo de sua transposição, dispersos nos mais diversos lugares: entrevistas, discursos de posse, textos de medidas provisórias (MPs), entre outros. Tentaremos ao máximo conjugar essas fontes.

O primeiro ato: a *fobia* do aparelhamento

O ciclo de reorganização da administração pública federal direta que integra a Presidência da República foi conformado nos primeiros atos pós-*impeachment* entre as Medidas Provisórias 726/2016 (BRASIL, 2016a) e 278/2016 (BRASIL, 2016b). Para os fins deste trabalho, procuramos nos deter brevemente nesse íterim, visto que tais instrumentos do Executivo redefiniram o lugar da cultura na arquitetura institucional.

A primeira MP citada viria a encerrar as atividades do MinC e incorporar suas funções ao então novo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Logo o tema do fechamento do MinC viria a ser tratado pela mídia, causando a reação da classe artística em diversas capitais do país, com a ocupação de espaços culturais e prédios públicos vinculados ao Ministério.

No intervalo da ausência do MinC da arquitetura institucional federal, especulava-se sobre quem assumiria a Secretaria Nacional de Cultura, órgão responsável pela condução das ações culturais no novo MEC. As fontes de jornais indicavam que essa secretaria estaria disponível ao Partido Popular Socialista (PPS), sendo o deputado federal Stepan Nercessian o nome apontado para assumir a função.



Ao analisar entrevistas de membros do PPS no intervalo entre as MPs, podemos ver como o sentido expiatório da memória das políticas culturais do Executivo no *lulismo* começaria a ser articulado. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Necessian e Roberto Freire – então presidente do PPS – são substancialmente duros: “As instituições da cultura estão partidariizadas, e cultura não pode ter partido. É preciso desaparelhar o Ministério” (NERCESSIAN apud MARIA; VENCESLAU, 2016); “Alguns setores da cultura são meros aparelhos partidários” (FREIRE apud VENCESLAU, 2016). Os trechos expressam a identificação imediata entre o projeto até então posto e o aparelhamento do Ministério, como se as interfaces sociais que conformaram as ações do MinC na gestão petista fossem orientadas meramente por interesses de reprodução partidária.

Necessian (apud MARIA; VENCESLAU, 2016), que viria a ser, posteriormente, empossado como presidente da Funarte, ainda afirmaria ser “cético” com relação a certas conquistas: “Há hoje na Cultura muitos casos de lideranças de minorias que acabam representando elas próprias”. Novamente, as posições sociais dos sujeitos externos ao Ministério – aqueles especificamente representantes de certa noção de “liderança” – são reduzidas a composições instrumentais, como se a atividade política fosse mitigada em relação a um cálculo imediato particularista.

Como se vê, tal disposição discursiva põe em questão as manifestações de participação popular presentes no processo político anterior, fartamente documentadas na literatura especializada (RUBIM; BARBALHO; CALABRE, 2015). Para tanto, são acionadas palavras-chave (“aparelhamento”, “partidarização”) que sintonizam o novo projeto político com a ojeriza ao PT, consolidada como expressão social e força política no ocaso do governo Dilma. O *ato fóbico* do “desaparelhamento”, assim, faz circular um modo de intervenção do horror ao projeto político petista e aos sujeitos a ele associados, colocando no centro do debate a fobia a quem é “condenado” à identificação com o *lulismo*.

Essa identificação é mais uma vez acionada quando citados o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura, experimentos de políticas públicas identificados com a passagem de Gilberto Gil e Juca Ferreira pelo MinC. “Os Pontos de Cultura ficaram emperrados na gestão do PT, muitos desapareceram. Precisamos primeiro ver como estão, quanto custam, o que pode ser mais eficiente e reduzir gastos desnecessários”, disse Necessian (apud MARIA; VENCESLAU, 2016).

Tal concepção parece estar conectada às visões do PPS: em um dos textos de discussão da Conferência Nacional sobre as Cidades, evento do partido realizado em março de 2016, os Pontos de Cultura seriam criticados “em função do seu aparelhamento e da sua ideologização” (PARTIDO POPULAR SOCIALISTA, 2016). “Em tese”, diz o texto, “trata-se de um projeto positivo, mas que foi deturpado, mal gerido e manipulado”. O “aparelhamento” e a



“manipulação” caminham aqui ganhando matizes de gerenciamento: a mobilização do sentido *fóbico* – do horror da presença – toma contornos mais estritos, de aparente responsabilidade pública.

Onze dias após a publicação da MP 726/2016, o Governo Temer revogaria a decisão de extinção do MinC. Uma nova MP 728/2016 (BRASIL, 2016b) recriaria o Ministério, para o qual seria nomeado Marcelo Calero, então Secretário de Cultura do Rio de Janeiro. Em seu discurso de posse, o ministro viria a se aproximar do registro da *fobia* tal qual caracterizado pelos quadros do PPS: “O partido da cultura é a cultura, não qualquer outro” (BRASIL, 2016c). O novo MinC estaria “livre” dos resíduos de “aparelhamento”, para poder responder aos desafios republicanos do pós-*impeachment*.

Calero retomaria esse sentido em entrevista ao *O Estado de S. Paulo*, na qual pontuou que “a primeira tarefa a que nos propusemos, a mais importante, foi desaparelhar o Ministério” (CALERO apud RACY, 2016). A insistência nesse percurso narrativo impunha pensar nas possibilidades de uma assepsia nas relações entre o “partido da cultura” e o presidencialismo de coalizão. Essa dimensão ganharia contornos de insulamento à vida política vigente, como se fosse possível manter os processos da gestão cultural em dinâmica neutra, ocupada da oferta eficaz de serviços públicos e poupada dos interesses “partidários”.

Em entrevista ao TVeja, em agosto de 2016 (CALERO apud O MINC..., 2016), o então ministro criticaria a antiga gestão, dizendo que teriam sido feitos “muitos eventos, muitas rodas de conversa, muitos debates... que no final não serviam para nada”, afinal, “não era uma escuta qualificada, era uma escuta de momento”. Remetendo ao conjunto de iniciativas que procuravam mobilizar o discurso da participação popular na gestão petista, a noção de “conversa” parece esvaziar o propósito dos mecanismos de escuta social e apontar para uma perspectiva próxima à da teoria política elitista: Calero aciona a ideia de que o “espírito público” necessário para o lócus decisório parece apenas caber aos que dominam o real “sentido” da política.

Restrito aos capacitados a uma “escuta qualificada”, o contraditório da política seria reduzido à eficácia administrativa. Por óbvio, apenas os que detêm sua técnica poderiam, assim, qualificar seu sentido. O ministro parecia entender a aproximação do MinC com diversos agentes sociais como simples adequação ao “aparelhamento” então organizado, reduzindo as disputas travadas por esses atores a uma dimensão particularista.

Marcelo Calero deixou o governo Temer após seis meses de gestão, acusando Geddel Vieira Lima, então ministro-chefe da Secretaria de Governo, de pressioná-lo para que interferisse em decisão do Iphan sobre a liberação de um empreendimento imobiliário em área tombada. Assumiria Roberto Freire, então presidente do PPS, que mencionaria constantemente o PT e o período *lulista* em seu período à frente do MinC.



Em fevereiro de 2017, após cerimônia do Prêmio Camões concedido ao escritor Raduan Nassar, as fronteiras do *ato fóbico* ficariam escancaradas. Em seu discurso, Nassar pontuou várias de suas já conhecidas críticas ao governo Temer. Contrariando o cerimonial, Freire discursou após o premiado, ressaltando que, ao aceitar o galardão e seu valor pecuniário, o autor teria legitimado o prêmio e o governo brasileiro.

A fala foi questionada pelos presentes, com acusações de ambos os lados acerca de posições democráticas. Em nota oficial, o Ministério se referiria ao ocorrido acusando a “prática do Partido dos Trabalhadores em aparelhar órgãos públicos e organizar ataques para tentar desestabilizar o processo democrático” (BRASIL, 2017b). Não nos parece comum uma referência desse porte produzida por uma pasta do Executivo em períodos democráticos.

O curto período de Freire como ministro incidiu em uma instrução normativa que pretendia maior controle e fiscalização financeira dos projetos incentivados. A Lei Federal de Incentivo à Cultura, comumente conhecida como Lei Rouanet, também foi incluída pelo ministro como mais uma ilustração do “aparelhamento”. Em entrevista à *Veja* em maio de 2017, Freire destacaria seu “espírito de reforma”, e se prontificaria a “retirar a Lei Rouanet desse enxovalhamento geral que foi legado ao Brasil” (FREIRE apud FRAZÃO, 2017).

Poucos dias depois, em entrevista ao *Correio da Bahia*, quando arguido sobre críticas aos artistas que apoiavam o governo Dilma e que supostamente se beneficiariam de fatias da lei, o ministro exporia de maneira peremptória: “O governo anterior manipulou o Ministério da Cultura de acordo com seus interesses político-partidários [...] por conta de um projeto hegemônico de poder que aquele grupo tinha. Aquilo gerou distorções na Rouanet” (FREIRE apud MIDDLEJ, 2017).

Essa pequena passagem demonstra como as posições de gestão fluuavam entre a necessidade de apresentar-se como um projeto “moderno” e da contração de uma identidade administrativa organizada na interrupção da presença e da memória do lulismo-petismo no MinC. O *ato fóbico* define-se, em última instância, na exclusão antitética do outro: a denúncia do passado recente apresenta-se como possibilidade de um encadeamento discursivo legítimo no mercado político atual.

Roberto Freire entregou o cargo após acusações de corrupção e obstrução da justiça envolvendo Michel Temer. Freire indicava que seu partido deveria sair da base do governo e, em caso de vacância da presidência, apoiaria eleições indiretas pelo Congresso Nacional. Até o fim da produção deste texto, contudo, o PPS ainda mantinha o cargo de Ministro da Defesa no governo Temer.

O segundo ato: a *magia* da austeridade e da *pós-política*

A última fase de mudanças de comando no Ministério da Cultura explicita a passagem do sentido *fóbico* ao sentido *mágico pós-político*, como aqui organizamos. Após um mês da abrupta saída de Freire da pasta, assumiu Sérgio Sá Leitão, figura que, em nosso entendimento, melhor conectou as relações entre o presidencialismo de coalizão e as ofertas mais recentes de um regime discursivo empresarial.

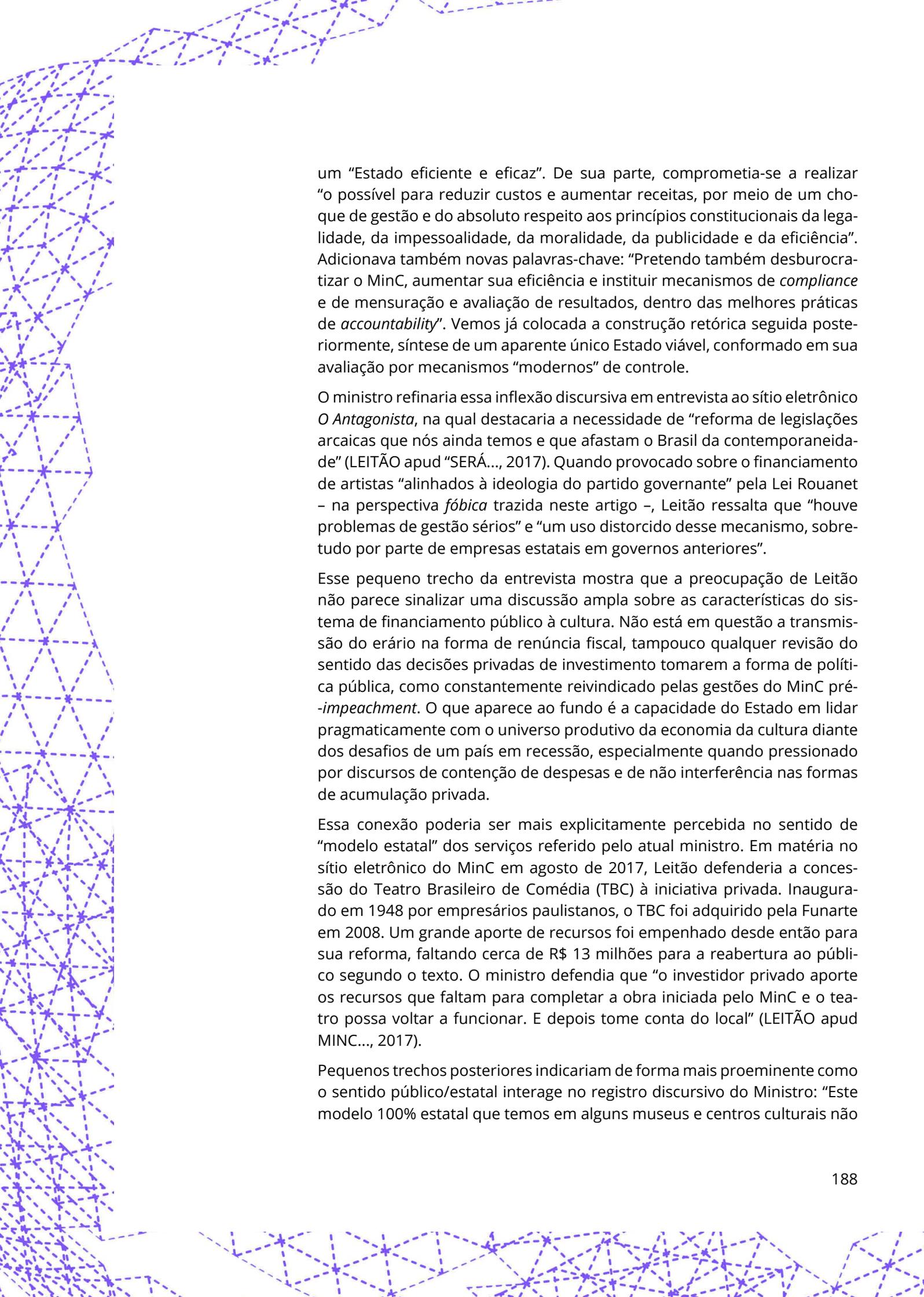
A indicação de seu nome parece demonstrar o interesse do Executivo em ter à frente da pasta um sujeito “orgânico” do campo cultural. O atual ministro tem larga experiência na gestão cultural: integrou o MinC no período Lula e, posteriormente, foi assessor da presidência do BNDES – onde atuou na criação do Departamento de Economia da Cultura –, além de diretor da Agência Nacional do Cinema, da RioFilme, e Secretário Municipal da Cultura do Rio de Janeiro.

Buscando minimizar os conflitos com a classe de artistas e agentes culturais, Leitão se definiria como um “ecumênico” (JUBÉ; PERES, 2017), o que nos parece uma tentativa de colocar-se “ao largo” das disputas em relação às figuras da gestão *pré-impeachment*. Nos bastidores da política institucional, notava-se que essa “organicidade” também parecia agradável aos setores políticos do centro do presidencialismo de coalizão (TEMER..., 2017): na passagem ao *ato mágico pós-político* reside a tentativa de ocultação do ato profissional da política (BOURDIEU, 2011), desfigurando a obviedade do modelo de mercado político insistentemente acionado no *ato fóbico*.

Seu discurso de posse é uma fonte interessante de conexão de trajetórias, fazendo referências gratulatórias aos *homens* da organização da cultura, de André Malraux a Gilberto Gil, José Sarney e seu antecessor na pasta. Ele ressaltaria, no evento, as relações entre cultura e economia, a geração de empregos e renda, e o senso de pertencimento, ecoando a experiência gramatical do MinC *pré-impeachment*. Registraria também sua defesa à Lei Federal de Incentivo à Cultura, “tão atacada e injustiçada”, ressaltando sua importância nos “números tão significativos” que impactam o PIB, bem como sua vontade de contribuição “para que o Brasil supere a crise o mais rapidamente possível; para a construção deste projeto tão necessário, do Brasil do século 21” (LEITÃO, 2017a).

Leitão (2017a) destacava que a maior recessão da história do país estava sendo superada, e que as “reformas estruturais que estão sendo feitas por este governo apontam para o novo Brasil”, ainda que enfrentassem uma “reação descabida dos que rejeitam o bom senso e a contemporaneidade”. É enfático na defesa do projeto posto: “Precisamos construir um novo país. Isso se faz com trabalho, seriedade e reformas estruturais. Não com omissão”.

Sobre o *déficit* público que “reduziu drasticamente a capacidade de investimento do Estado”, Leitão (2017a) aponta a necessidade de se consolidar



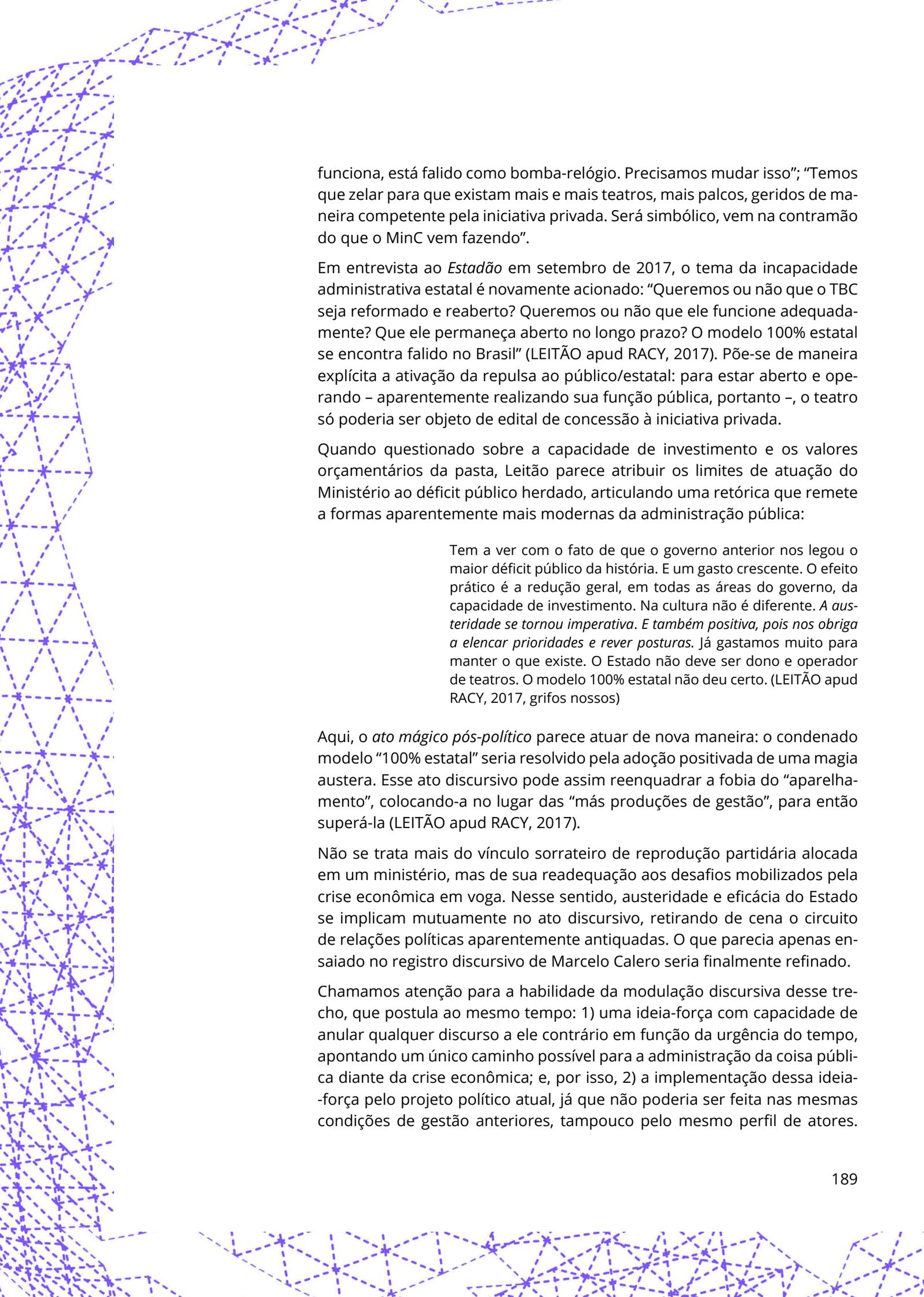
um “Estado eficiente e eficaz”. De sua parte, comprometia-se a realizar “o possível para reduzir custos e aumentar receitas, por meio de um choque de gestão e do absoluto respeito aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência”. Adicionava também novas palavras-chave: “Pretendo também desburocratizar o MinC, aumentar sua eficiência e instituir mecanismos de *compliance* e de mensuração e avaliação de resultados, dentro das melhores práticas de *accountability*”. Vemos já colocada a construção retórica seguida posteriormente, síntese de um aparente único Estado viável, conformado em sua avaliação por mecanismos “modernos” de controle.

O ministro refinaria essa inflexão discursiva em entrevista ao sítio eletrônico *O Antagonista*, na qual destacaria a necessidade de “reforma de legislações arcaicas que nós ainda temos e que afastam o Brasil da contemporaneidade” (LEITÃO apud “SERÁ...”, 2017). Quando provocado sobre o financiamento de artistas “alinhados à ideologia do partido governante” pela Lei Rouanet – na perspectiva *fóbica* trazida neste artigo –, Leitão ressalta que “houve problemas de gestão sérios” e “um uso distorcido desse mecanismo, sobretudo por parte de empresas estatais em governos anteriores”.

Esse pequeno trecho da entrevista mostra que a preocupação de Leitão não parece sinalizar uma discussão ampla sobre as características do sistema de financiamento público à cultura. Não está em questão a transmissão do erário na forma de renúncia fiscal, tampouco qualquer revisão do sentido das decisões privadas de investimento tomarem a forma de política pública, como constantemente reivindicado pelas gestões do MinC pré-*impeachment*. O que aparece ao fundo é a capacidade do Estado em lidar pragmaticamente com o universo produtivo da economia da cultura diante dos desafios de um país em recessão, especialmente quando pressionado por discursos de contenção de despesas e de não interferência nas formas de acumulação privada.

Essa conexão poderia ser mais explicitamente percebida no sentido de “modelo estatal” dos serviços referido pelo atual ministro. Em matéria no sítio eletrônico do MinC em agosto de 2017, Leitão defenderia a concessão do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) à iniciativa privada. Inaugurado em 1948 por empresários paulistanos, o TBC foi adquirido pela Funarte em 2008. Um grande aporte de recursos foi empenhado desde então para sua reforma, faltando cerca de R\$ 13 milhões para a reabertura ao público segundo o texto. O ministro defendia que “o investidor privado aporte os recursos que faltam para completar a obra iniciada pelo MinC e o teatro possa voltar a funcionar. E depois tome conta do local” (LEITÃO apud MINC..., 2017).

Pequenos trechos posteriores indicariam de forma mais proeminente como o sentido público/estatal interage no registro discursivo do Ministro: “Este modelo 100% estatal que temos em alguns museus e centros culturais não



funciona, está falido como bomba-relógio. Precisamos mudar isso”; “Temos que zelar para que existam mais e mais teatros, mais palcos, geridos de maneira competente pela iniciativa privada. Será simbólico, vem na contramão do que o MinC vem fazendo”.

Em entrevista ao *Estadão* em setembro de 2017, o tema da incapacidade administrativa estatal é novamente acionado: “Queremos ou não que o TBC seja reformado e reaberto? Queremos ou não que ele funcione adequadamente? Que ele permaneça aberto no longo prazo? O modelo 100% estatal se encontra falido no Brasil” (LEITÃO apud RACY, 2017). Põe-se de maneira explícita a ativação da repulsa ao público/estatal: para estar aberto e operando – aparentemente realizando sua função pública, portanto –, o teatro só poderia ser objeto de edital de concessão à iniciativa privada.

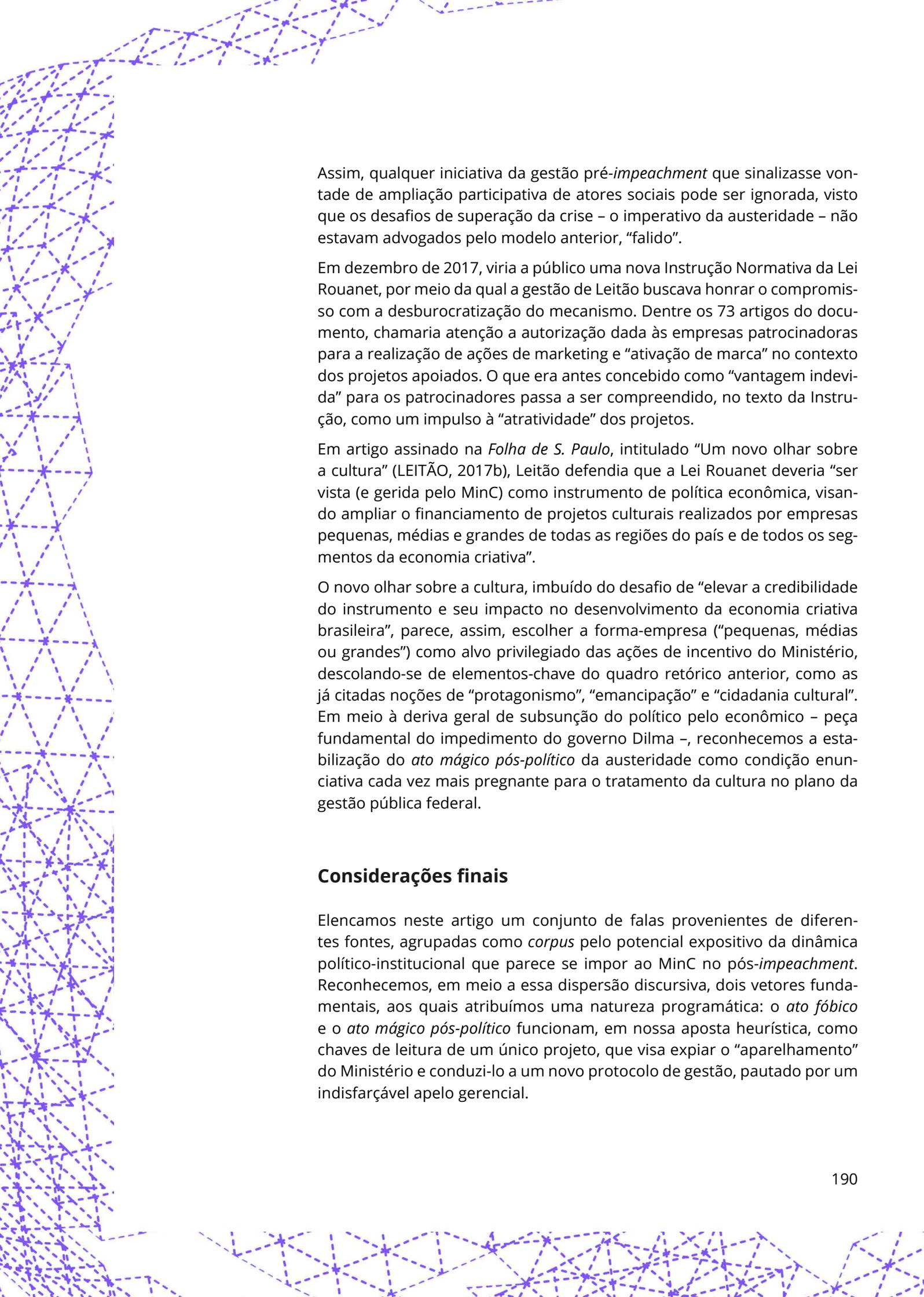
Quando questionado sobre a capacidade de investimento e os valores orçamentários da pasta, Leitão parece atribuir os limites de atuação do Ministério ao déficit público herdado, articulando uma retórica que remete a formas aparentemente mais modernas da administração pública:

Tem a ver com o fato de que o governo anterior nos legou o maior déficit público da história. É um gasto crescente. O efeito prático é a redução geral, em todas as áreas do governo, da capacidade de investimento. Na cultura não é diferente. *A austeridade se tornou imperativa. E também positiva, pois nos obriga a elencar prioridades e rever posturas.* Já gastamos muito para manter o que existe. O Estado não deve ser dono e operador de teatros. O modelo 100% estatal não deu certo. (LEITÃO apud RACY, 2017, grifos nossos)

Aqui, o *ato mágico pós-político* parece atuar de nova maneira: o condenado modelo “100% estatal” seria resolvido pela adoção positivada de uma magia austera. Esse ato discursivo pode assim reenquadrar a fobia do “aparelhamento”, colocando-a no lugar das “más produções de gestão”, para então superá-la (LEITÃO apud RACY, 2017).

Não se trata mais do vínculo sorrateiro de reprodução partidária alocada em um ministério, mas de sua readequação aos desafios mobilizados pela crise econômica em voga. Nesse sentido, austeridade e eficácia do Estado se implicam mutuamente no ato discursivo, retirando de cena o circuito de relações políticas aparentemente antiquadas. O que parecia apenas ensaiado no registro discursivo de Marcelo Calero seria finalmente refinado.

Chamamos atenção para a habilidade da modulação discursiva desse trecho, que postula ao mesmo tempo: 1) uma ideia-força com capacidade de anular qualquer discurso a ele contrário em função da urgência do tempo, apontando um único caminho possível para a administração da coisa pública diante da crise econômica; e, por isso, 2) a implementação dessa ideia-força pelo projeto político atual, já que não poderia ser feita nas mesmas condições de gestão anteriores, tampouco pelo mesmo perfil de atores.



Assim, qualquer iniciativa da gestão pré-*impeachment* que sinalizasse vontade de ampliação participativa de atores sociais pode ser ignorada, visto que os desafios de superação da crise – o imperativo da austeridade – não estavam advogados pelo modelo anterior, “falido”.

Em dezembro de 2017, viria a público uma nova Instrução Normativa da Lei Rouanet, por meio da qual a gestão de Leitão buscava honrar o compromisso com a desburocratização do mecanismo. Dentre os 73 artigos do documento, chamaria atenção a autorização dada às empresas patrocinadoras para a realização de ações de marketing e “ativação de marca” no contexto dos projetos apoiados. O que era antes concebido como “vantagem indevida” para os patrocinadores passa a ser compreendido, no texto da Instrução, como um impulso à “atratividade” dos projetos.

Em artigo assinado na *Folha de S. Paulo*, intitulado “Um novo olhar sobre a cultura” (LEITÃO, 2017b), Leitão defendia que a Lei Rouanet deveria “ser vista (e gerida pelo MinC) como instrumento de política econômica, visando ampliar o financiamento de projetos culturais realizados por empresas pequenas, médias e grandes de todas as regiões do país e de todos os segmentos da economia criativa”.

O novo olhar sobre a cultura, imbuído do desafio de “elevar a credibilidade do instrumento e seu impacto no desenvolvimento da economia criativa brasileira”, parece, assim, escolher a forma-empresa (“pequenas, médias ou grandes”) como alvo privilegiado das ações de incentivo do Ministério, descolando-se de elementos-chave do quadro retórico anterior, como as já citadas noções de “protagonismo”, “emancipação” e “cidadania cultural”. Em meio à deriva geral de subsunção do político pelo econômico – peça fundamental do impedimento do governo Dilma –, reconhecemos a estabilização do *ato mágico pós-político* da austeridade como condição enunciativa cada vez mais pregnante para o tratamento da cultura no plano da gestão pública federal.

Considerações finais

Elencamos neste artigo um conjunto de falas provenientes de diferentes fontes, agrupadas como *corpus* pelo potencial expositivo da dinâmica político-institucional que parece se impor ao MinC no pós-*impeachment*. Reconhecemos, em meio a essa dispersão discursiva, dois vetores fundamentais, aos quais atribuímos uma natureza programática: o *ato fóbico* e o *ato mágico pós-político* funcionam, em nossa aposta heurística, como chaves de leitura de um único projeto, que visa expiar o “aparelhamento” do Ministério e conduzi-lo a um novo protocolo de gestão, pautado por um indisfarçável apelo gerencial.



Cabe-nos nuançar, aqui, alguns esquematismos que essa proposta de análise pode fazer supor. Em primeiro lugar, reconhecemos que, no jogo da *Realpolitik*, é moeda corrente o processo de dissociação do projeto político imediatamente anterior, por meio de estratégias discursivas que não raramente incluem sua culpabilização. Ao chegarem ao poder, os grupos políticos buscam apresentar-se como contraponto ao projeto posto, fato evidente no próprio percurso do Ministério da Cultura da era petista. A gestão de Gilberto Gil, por exemplo, precisou também produzir-se como antítese do projeto tucano de Francisco Weffort, lançando mão da imagem da subserviência do Ministério daquela época ao “deus mercado”.

O *ato fóbico* ao qual nos referimos, portanto, não seria um gesto exclusivo dos “partidários do golpe”, mas, antes, um componente mais ou menos ordinário da vida política, que encontrou na ideia de “aparelhamento” o mais forte índice para a expurgação da herança petista no caso do Ministério da Cultura. Esse parece ser o fato singular da trajetória do MinC em meio à conturbada cena política dos últimos anos: a imagem construída da pasta como um reduto de militantes e artistas indevidamente beneficiados tem sua força amplificada pelos afetos de repulsa e ojeriza ao PT, transformados em performática pulsão social. O que nos parece novidade é que o posicionamento desse discurso se consolida pela imediata exclusão da presença anterior.

Essa *aisthesis* – o regime de sensibilidades sociais que autoriza um “choque de gestão” no novo MinC – seria, assim, dependente da consolidação do antipetismo como força política no contexto das guerras culturais do Brasil recente. Como aponta a análise de Laclau (2013) sobre a razão populista, o antipetismo se comportaria como um conceito amplo, que não traria em si um sentido unívoco. Trata-se de um significante vazio, que dá resposta a diversas demandas políticas, sendo incapaz de expressar particularidades, mas potente justamente pela ambiguidade semântica que o transforma em um recurso de reconhecimento coletivo.

Predicado desse antipetismo, o *ato fóbico* comparece como corte institucional que possibilita a emergência da nova gramática política, que aqui definimos como a *magia da austeridade*. Respondendo aos desafios de ciclos econômicos deficitários, a noção de austeridade é comumente acionada pela defesa de um padrão ortodoxo de pensamento da teoria econômica. Em geral, esses discursos mobilizam a ideia de que a contenção das despesas do Estado, a moderação salarial, a privatização do setor público e a liberalização dos direitos do trabalho são essenciais para a recuperação econômica, visto que contribuem para a poupança dos empresários, principais agentes do desenvolvimento.

Mas a noção de austeridade também vem sendo refutada pela análise dos acontecimentos em países onde essas políticas foram adotadas: o acionamento do discurso da crise encontra fundamento e justificativa para retro-



cessos sociais que não são explicitados pela pretensa positividade apriorística da austeridade. Para Ferreira (2011), o discurso da crise tem se apresentado como uma oportunidade de subordinar trabalhadores, governos e até sociedades inteiras ao ritmo do mercado global, com a noção de austeridade se baseando numa “lógica sociológica de naturalização das desigualdades”.

Ao apresentar-se como a superação das condições imediatas da crise econômica e da caducidade de legislações que “impedem o país de crescer”, o tecido de constituição das relações entre corpos políticos será afetado de maneira bastante singular. Para que se represente como o lócus mais “evidente” de combate das condições críticas da economia, o modelo de austeridade demanda, de forma silenciosa, ser apresentado como o único consenso possível à sua comunidade política referente.

Esse consenso, para sê-lo, precisa, imediatamente, recusar ou atrofiar as arenas de dissenso – o constituinte clássico da política (RANCIÈRE, 1996). É nessa recusa que o sentido pós-político manifesta-se como aparência de agenda pública – porque se pretende falar em nome de todo o corpo político para superar as condições de crise –, redimensionada para a exigência técnica da gestão de especialistas como o modo “adequado” de governar (ŽIŽEK, 2012).

Se estão eliminados os espaços de desacordo, o que sobra aos que mobilizam discursos não referenciados pela noção de austeridade? Se não detêm circuitos e capitais que os significam socialmente como os especialistas “corretos” para os desafios, se não estão tolerados pelo consenso, cabe-lhes lutar fortemente contra o enquadramento de posições de infantilização (SWYNGEDOUW, 2012). Ao apresentar-se como único consenso viável, o modelo da austeridade abre-se a incluir todos em sua ordem aparentemente pluralista, mas também a excluir aqueles que pretendem postular fora dela, mobilizando a violência simbólica quando necessário.

Para tal, a energia do *ato mágico pós-político* não prescinde de reduzir-se à *fo-bia*, não demanda reconhecer os pretensos encaixes de qualquer experiência comunitária ou política como uma submissão alienada ao parâmetro reprodutivo da coalizão entre partidos. Basta que acione as gramáticas necessárias para cindir o corpo político entre os que estão permitidos a operar a gestão do público e os que só podem sobre ele aderir ao consenso estabelecido.

Referências

BOURDIEU, Pierre. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, 2011.

BRASIL. Medida Provisória Nº 726, de 12 de maio de 2016. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 2016a.

_____. Medida Provisória Nº 728, de 23 de maio de 2016. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 2016b.

_____. Ministério da Cultura. Assessoria de Comunicação do MinC. Esclarecimento: cerimônia de entrega do Prêmio Camões. **Notícias**, 17 fev. 2017a. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/esclarecimento-cerimonia-de-entrega-do-premio-camoes/10883>. Acesso em: 1º out. 2017.

_____. Ministério da Cultura. Assessoria de Comunicação do MinC. “O PARTIDO da cultura é a cultura, não qualquer outro”. **Notícias**, 24 maio 2016c. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/%E2%80%9Co-partido-da-cultura-e-a-cultura-nao-qualquer-outro%E2%80%9D/10883>. Acesso em 01 out. 2017.

DOMINGUES, João Luiz Pereira; LOPES, Guilherme. Ministério da Cultura: entre o carisma e a coalizão. **Desigualdade & Diversidade**, n. 14, v. 1, 2014.

FERREIRA, António Casimiro. A sociedade de austeridade: poder, medo e direito do trabalho de exceção. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 95, p. 119-136, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2010.

FRAZÃO, Felipe. Contra os ludistas digitais. **Veja**, 2 maio 2017a. Disponível em: <<https://complemento.veja.abril.com.br/entrevista/roberto-freire.html>>. Acesso em: 14 set. 2017.

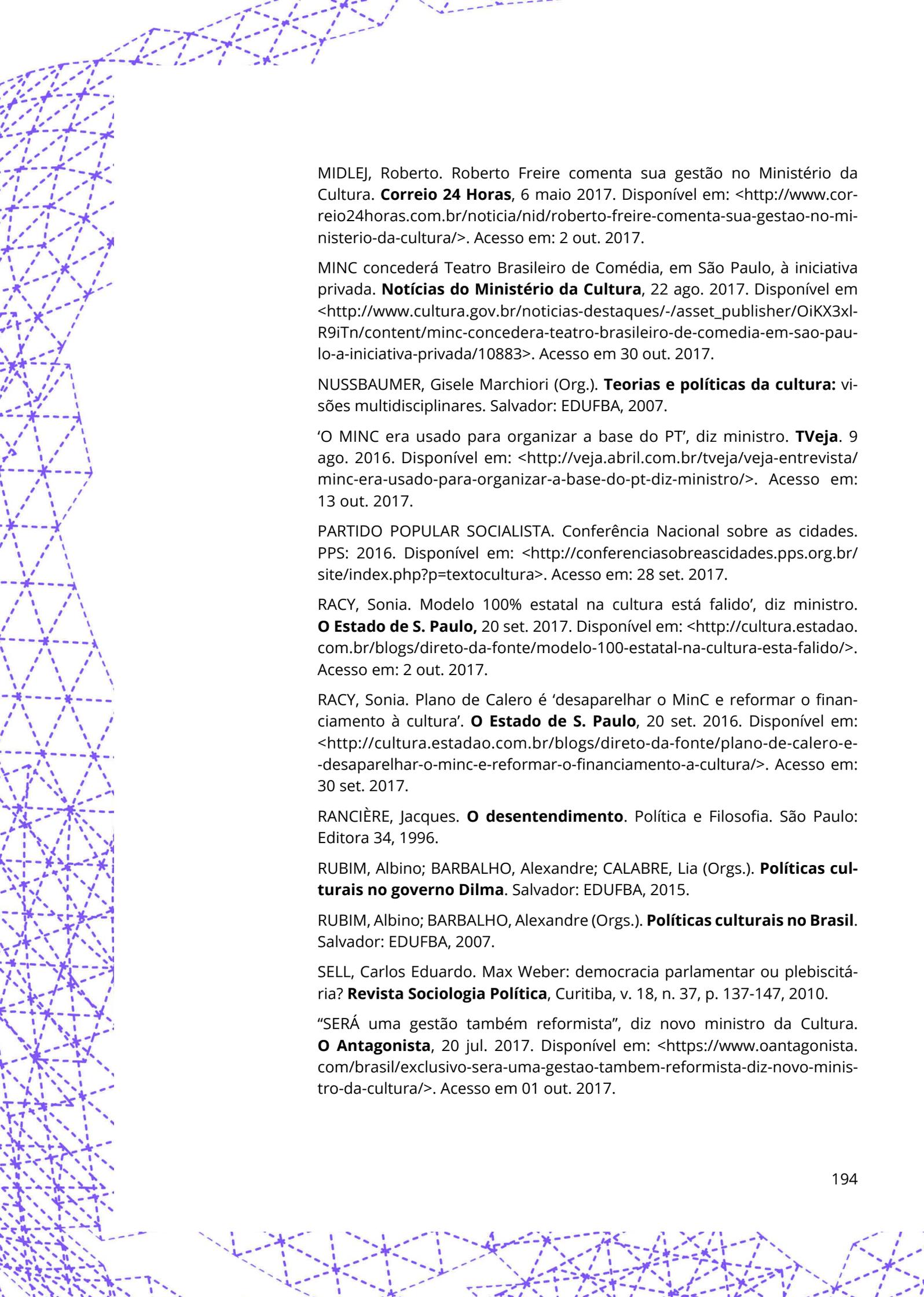
JUBÉ, Andrea; PERES, Bruno. Novo ministro pede que classe artística ‘baixe a bola’ nas críticas. **Valor Econômico**, Brasília, 25 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/5053124/novo-ministro-pede-que-classe-artistica-baixe-bola-nas-criticas>>. Acesso em: 30 set. 2017.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEITÃO, Sérgio Sá. “As atividades culturais e criativas são vocações do Brasil” - discurso de posse do ministro Sérgio Sá Leitão. **Notícias do Ministério da Cultura**, 25 jul. 2017a. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/-as-atividades-culturais-e-criativas-sao-vocacoes-do-brasil-discurso-de-posse-do-ministro-sergio-sa-leitao/10883>. Acesso em: 2 out. 2017.

_____. Um novo olhar sobre a cultura. **Folha de S. Paulo**, 07 dez. 2017b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/12/1941270-um-novo-olhar-sobre-a-cultura.shtml>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

MARIA, Julia; VENCESLAU, Pedro. Stepan Nercessian: ‘Há minorias na Cultura que só representam elas próprias’. **O Estado de S. Paulo**, 13 mai. 2016. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,stepan-nercessian-ha-minorias-na-cultura-que-so-representam-elas-proprias,10000051159>>. Acesso em: 8 set. 2017.



MIDDLEJ, Roberto. Roberto Freire comenta sua gestão no Ministério da Cultura. **Correio 24 Horas**, 6 maio 2017. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/roberto-freire-comenta-sua-gestao-no-ministerio-da-cultura/>>. Acesso em: 2 out. 2017.

MINC concederá Teatro Brasileiro de Comédia, em São Paulo, à iniciativa privada. **Notícias do Ministério da Cultura**, 22 ago. 2017. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/minc-concedera-teatro-brasileiro-de-comedia-em-sao-paulo-a-iniciativa-privada/10883>. Acesso em 30 out. 2017.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007.

‘O MINC era usado para organizar a base do PT’, diz ministro. **Tveja**. 9 ago. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/tveja/veja-entrevista/minc-era-usado-para-organizar-a-base-do-pt-diz-ministro/>>. Acesso em: 13 out. 2017.

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA. Conferência Nacional sobre as cidades. PPS: 2016. Disponível em: <<http://conferenciasobrecidades.pps.org.br/site/index.php?p=textocultura>>. Acesso em: 28 set. 2017.

RACY, Sonia. Modelo 100% estatal na cultura está falido’, diz ministro. **O Estado de S. Paulo**, 20 set. 2017. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/modelo-100-estatal-na-cultura-esta-falido/>>. Acesso em: 2 out. 2017.

RACY, Sonia. Plano de Calero é ‘desapareilhar o MinC e reformar o financiamento à cultura’. **O Estado de S. Paulo**, 20 set. 2016. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/plano-de-calero-e-desapareilhar-o-minc-e-reformar-o-financiamento-a-cultura/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

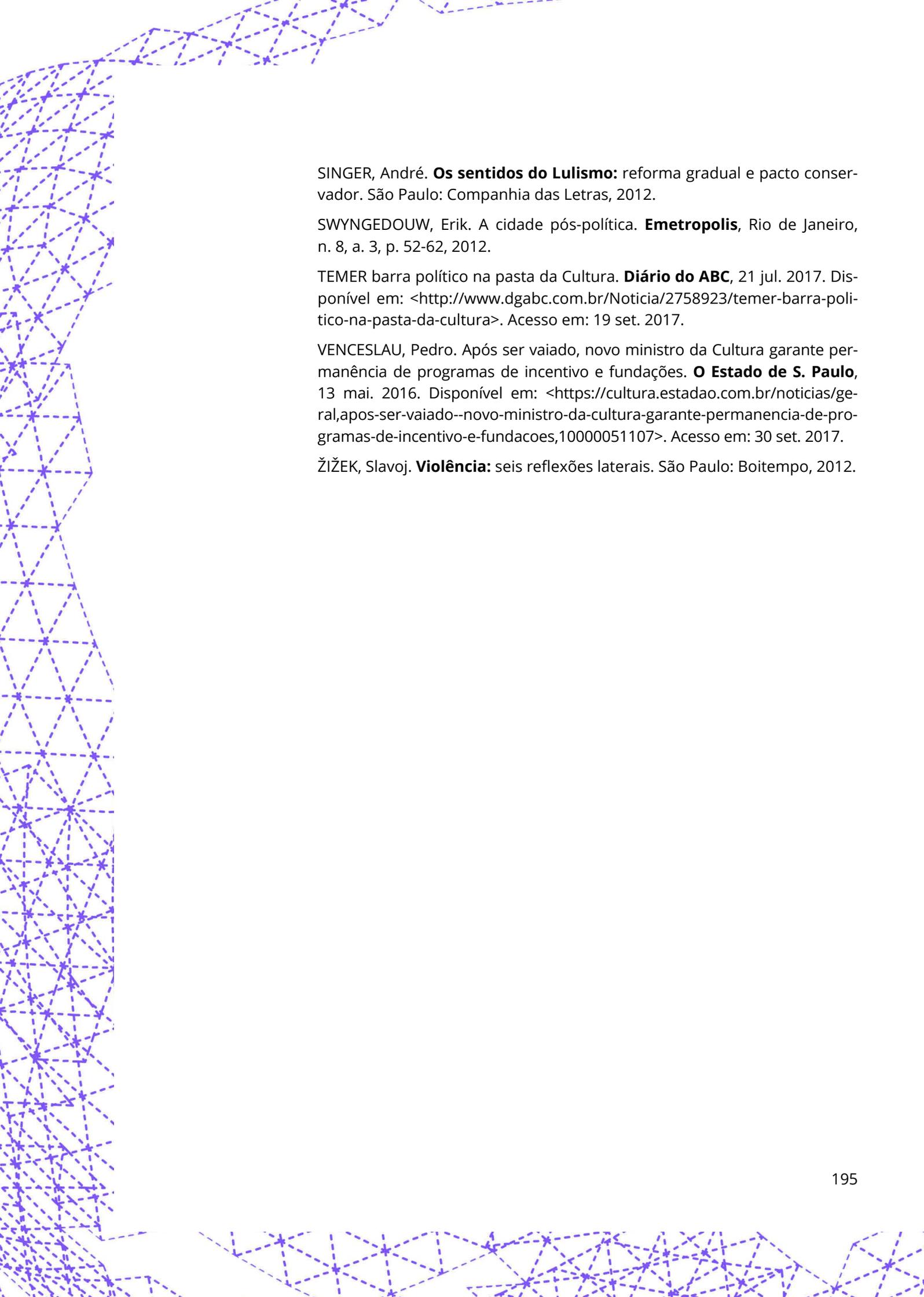
RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. Política e Filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015.

RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SELL, Carlos Eduardo. Max Weber: democracia parlamentar ou plebiscitária? **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 137-147, 2010.

“SERÁ uma gestão também reformista”, diz novo ministro da Cultura. **O Antagonista**, 20 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/brasil/exclusivo-sera-uma-gestao-tambem-reformista-diz-novo-ministro-da-cultura/>>. Acesso em 01 out. 2017.



SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade pós-política. **Emetropolis**, Rio de Janeiro, n. 8, a. 3, p. 52-62, 2012.

TEMER barra político na pasta da Cultura. **Diário do ABC**, 21 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/2758923/temer-barra-politico-na-pasta-da-cultura>>. Acesso em: 19 set. 2017.

VENCESLAU, Pedro. Após ser vaiado, novo ministro da Cultura garante permanência de programas de incentivo e fundações. **O Estado de S. Paulo**, 13 mai. 2016. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,apos-ser-vaiado--novo-ministro-da-cultura-garante-permanencia-de-programas-de-incentivo-e-fundacoes,1000051107>>. Acesso em: 30 set. 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2012.